



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

ATA DA 334ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

Aos vinte e oito dias abril de dois mil e vinte e dois, às treze horas e trinta minutos, no Hospital da Zona Sul (HZN), após a constatação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal De Saúde De Londrina para a 334ª Reunião Ordinária do CMS Londrina, tendo como pauta do dia: 1.13h30- Análise e Aprovação da Pauta da 334ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 333ª da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; 2.14h00- Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO; 3. 15h00-Apresentação e Aprovação da Aplicação do ProVigia-Pr; 4.16h00 - Demandas Dos Conselheiros/Comissões;5.16h40- Informes.

Laurito Porto De Lira Filho – presidente do conselho, inicia a reunião questionando sobre possíveis pedidos de alteração na pauta. Laurito aproveita o ensejo e de imediato informa que a SMS solicitou previamente a inclusão do seguinte ponto de pauta: *Aprovação de Aplicação de Recursos Para Academia De Saúde*. Não havendo objeções o CMS aprova o pedido de inclusão. O conselheiro **Edvaldo Viana** solicita esclarecimentos nesta ou na próxima reunião sobre uma fala do prefeito sobre possível local para construção do PA da região leste. O CMS aprova que o esclarecimento seja feito na pauta ‘Demanda de Conselheiros/Comissões’. Não havendo mais questionamentos a ata é aprova pelo CMS. Seguindo os trabalhos o conselho passa a discutir a ata da 333ª Reunião Ordinária. Não havendo questionamentos a ata é aprovada pelo CMS. Passa-se então a pauta “Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentária”. A diretora **Evilin Gorcks** faz a apresentação e se coloca a disposição para esclarecimentos. O conselheiro **João Batista (CRP)** pede esclarecimento sobre o item “*Manutenção de pessoal à disposição de outros órgãos e despesas administrativas*”. Eliane Sandra (DGTES) responde que se trata dos servidores atualmente cedidos pelo Ministério da Saúde, inclusive houve uma renovação do contrato este ano e eles ficaram na SMS por mais cinco anos. O conselheiro Edvaldo Viana (Conleste) questiona se na LDO consta a questão pendente da escolha de qual CAPS seria priorizado para construção. A diretora **Evilin Gorcks (DPGS)** explica que a LDO contem questões mais genéricas, por exemplo, as ações “*Obras e equipamentos para Atenção Básica*” e “*Obras e equipamentos para Atenção Especializada*”, então se em 2023 a SMS conseguir recurso para construção de um CAPS, essa obra estaria contemplada das ações citadas, portanto, na LDO se aprova ações mais abrangentes e não específicas, algo que deve ser feito na PAS. O conselheiro Edvaldo Viana (Conleste) lembra que ficou de ser feito um estudo para definir qual CAPS é mais prioritário. O conselheiro **João Batista (CRP)** relata que na última semana foi feita uma reunião da Comissão de Saúde Mental e a Cláudia Denise ficou de fazer um levantamento dos equipamentos de cada região do município e posterior discussão na reunião do CMS. Cláudia Denise (DSCS) diz que como está sendo feito um trabalho junto a atenção básica de reorganização das atividades nos bairros e todo um treinamento com estratificação, ficou definido que seria trazido ao conselho toda esta rede construída para o CMS definir a indicação do CAPS, então gostaria de pedir uma pauta da saúde mental na próxima reunião do



45 CMS. **Laurito Porto De Lira Filho** (SEEB) questiona onde fica na LDO a questão da
46 readequação dos valores das obras, pois o SAMU está parado e desde ano passado
47 a empresa tem pedido a readequação dos valores, algo que também está afetando as
48 obras de três outras UBS's. Evilin Gorcks responde que tudo que se refere as obras
49 está na ação "Obras e Equipamentos". Na LDO é feito uma projeção de receitas e não
50 a projeção do que vai ser executado, lógico que tem de bater e não se pode gastar
51 mais do que se arrecada, mas não tem como fazer um planejamento muito assertivo
52 quanto as readequações, pois a princípio se faz a contratação de uma obra com um
53 prazo e valor de contrato, lógico que pode ocorrer aditivos, mas isso não é uma regra,
54 o que se projeta então é o valor global da obra, mas a SMO faz os orçamentos
55 sempre levando em conta a inflação, etc. Laurito questiona qual seria o valor que eles
56 geralmente projetam, se só é levado em conta o índice da inflação ou outros. Evilin
57 responde que não tem esta informação. Edvaldo Viana questiona se com essa
58 readequação vai ser consumido todo o dinheiro e não sobrar para outras obras. Evilin
59 diz que dentro do planejamento da LDO é apresentado também as obras que estão
60 em andamento, então os recursos para obras em andamento não estão computados
61 nesta projeção, pois ela é referente a projeção de arrecadação para 2023. Evilin
62 destaca que o importante é constar a ação de uma forma mais genérica, para que a
63 SMS depois possa de forma mais rápida definir o que será feito especificamente. O
64 conselheiro **João Batista** (CRP) questiona como se dá o critério de opção entre
65 recurso vinculado e recurso livre em determinada ação, pois em sua análise a PML
66 prioriza muito investimento em determinadas atividades administrativas. Evilin diz que
67 é feito uma projeção de receitas, então a projeção dos recursos de interferência do
68 repasse do município é encaminhado pela SMP, então a SMS tem de fazer a
69 distribuição destes 430 milhões dentro das ações listadas, logo, as obras de
70 investimento vão ser sempre as últimas e as despesas de manutenção dos serviços
71 será prioridade, portanto, despesas fixas devem ser priorizadas e garantidas, como
72 pessoal, contratos com hospitais, por isso sobra menos recurso municipal para
73 investir, por isso a gestão se empenha para captar recurso junto ao estado e união
74 para fazer investimentos, lembrando que isso tudo não significa que o município não
75 vai se virar e aportar recursos livres caso necessário. João Batista diz que é algo
76 preocupante, pois como se trata de previsão estes valores não estão garantidos.
77 **Evilin** diz que se trata de projeção, não há como garantir que em 2023 será
78 exatamente o recurso previsto, lembrando que isso é um cálculo feito pela SMP. João
79 Batista questiona qual o percentual da LDO municipal é destinado a SMS. Evilin
80 responde que a PML tem feito sempre um investimento em saúde superior aos 15%
81 obrigatórios. Laurito Porto Filho informa que a média de investimento em saúde nos
82 últimos 3 anos foi de 33%. Seguindo os trabalhos é passado ao ponto de pauta
83 "*Aprovação de Aplicação de Recursos Para Academia De Saúde*". Evilin Gorcks inicia
84 a seguinte apresentação: *APROVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA*
85 *SAÚDE: O Fundo Municipal de Saúde de Londrina foi contemplado com emenda*
86 *parlamentar, da Deputada Federal Luisa Canziani no valor de R\$ 172.000,00 (cento e*
87 *setenta e dois mil reais), destinada à Construção de um Polo de Academia da Saúde*
88 *na Região; A Secretaria de Saúde realizou o cadastro de proposta de captação de*



89 recursos federais nº 11323.2610001/22-001 dentro do sistema de monitoramento de
90 obras (SISMOB) do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde emitiu parecer de
91 adequação da proposta solicitando que a construção da academia da saúde estivesse
92 prevista na Programação Anual de Saúde – PAS – Ano 2022 e estabeleceu o prazo
93 até o dia 20/04/2022 para adequar a proposta e obter parecer favorável para captação
94 dos recursos federais. Devido à urgência para adequação da proposta, a Secretaria
95 de Saúde solicitou a emissão da Resolução do Conselho nº 008/2022 que aprova “ad
96 referendum”, a inclusão da construção da Academia da Saúde na Programação Anual
97 de Saúde – Ano 2022. A Construção da Academia da Saúde foi contemplada nos
98 seguintes campos da Programação Anual de Saúde – PAS, Ano 2022: Objetivo nº 1.3
99 Readequação da estrutura física, equipamentos e material permanente dos serviços
100 da Secretaria de Saúde Meta nº 1.3.1 Recuperar, reformar, ampliar ou construir
101 imóveis dos serviços da Secretaria de Saúde Ação Nº 10 Iniciar trâmites para
102 construção de um polo do Programa Academia da Saúde. O conselheiro João Batista
103 pergunta o que é o programa academia de saúde. Evilin responde que não deve ser
104 confundido com a academia ao ar livre, pois a academia da saúde está vinculada a
105 atividades de uma UBS por meio da equipe NASF, essa academia serve para
106 atividades da atenção primária, sendo uma construção que contará com alguns
107 equipamentos para atividades em grupo, com banheiros e um espaço para guardar os
108 equipamentos que serão utilizados. João Batista questiona se o local para construção
109 já foi definido. Evilin responde que será na região leste e o local já estava definido na
110 indicação do recurso, ou seja, o recurso parlamentar está vinculado a uma região
111 específica, a SMS então avaliou há um terreno para construção próximo a UBS Ideal.
112 O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona se a academia vai atender o Ideal ou toda
113 região. O conselheiro João Batista questiona se será contratado profissionais para
114 atuar na academia de saúde. Evilin Gorcks responde que a academia da saúde é
115 para toda região e contará com atuação dos profissionais que já atuam na UBS. O
116 conselheiro Edvaldo Viana questiona porque este tipo de coisa nunca vem antes para
117 o conselho, sempre fazem e depois avisam o conselho, mas para que ter um
118 conselho se a gestão não pede opinião do conselheiro da região antes de fazer uma
119 escolha como essa, por exemplo, representa a região que vai receber a academia da
120 saúde e só ficou sabendo hoje dessa informação, os conselheiros estão aqui para
121 ajudar a gestão, então essa metodologia tem de mudar. Evilin afirma concordar com a
122 fala do conselheiro, tanto que o conselho está fazendo uma discussão grande para
123 construção de um novo Caps, esse é processo correto e mais transparente, mas no
124 caso da academia de saúde o processo é totalmente inverso, o recurso vem para cá,
125 o valor já vem definido, a destinação é definida antes, então a gestão não tem como
126 falar que não quer o recurso para academia da saúde e usá-lo para outra coisa, o
127 recurso é de uma emenda parlamentar e já vem com destinação e prazo para
128 captação, no caso o prazo era do dia 22, por isso foi solicitado uma resolução ad
129 referendum do conselho e hoje isso está sendo apresentado para aprovação ou não
130 do CMS. A diretora Rosilene Machado diz que se trata de orçamento dos deputados
131 que eles destinam para a cidade que quiserem, muitas vezes com destinação
132 específica de local, raramente eles perguntam a gestão, então cabe a gestão tentar



133 não perder os prazos, captar o recurso, aceitar a emenda, mas se o conselho não
134 quiser homologar a resolução ad referendum cabe a ele decidir, mas provavelmente o
135 recurso será perdido por falta de documentação. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz
136 que o que estranha é que quando estas coisas são encaminhadas, nunca dá tempo
137 de o conselho discutir, os conselheiros só ficam sabendo na hora de aprovar, pois não
138 acredita que um deputado faz algo hoje e diz que daqui há 15 dias tem de ter
139 aprovação, senão os conselheiros vão ficar vindo na reunião apenas para
140 sacramentar o que já foi decidido e para isso não precisa ter representantes da
141 comunidade no conselho. Viana pede que na próxima reunião a gestão traga ao
142 conselho quem é o deputado, quem foi que pediu e qual valor. Evilin responde que na
143 apresentação consta que se trata da deputada Luiza Canziani e o valor é de 172 mil.
144 **Evilin** esclarece que o período para cadastro de emendas é específico e bastante
145 curto. O conselheiro **Edvaldo Viana** diz que entende como funciona estas coisas, as
146 vezes a deputada tem um cara lá que vai ser candidato a vereador que ela está
147 apoiando e o sujeito tem um curral eleitoral em determinado local, por isso ele vai
148 levar o negócio para lá, mas isso é algo que tem de acabar, é preciso atender a todos
149 e não apenas uma pessoa, aí daqui há dois anos o cara vai estar gritando que levou
150 tal coisa para o bairro por meio da deputada Luisa Canziani, ou seja, ele não
151 procurou os conselheiros de saúde para ver se o local era de fato o mais adequado,
152 não é contra emenda, apenas que se procure a comunidade para ver o local que mais
153 precisa e não ficar os louros apenas para o sujeito que vai ser candidato a vereador.
154 Evilin corrige a informação e diz que a academia de saúde será próxima a UBS
155 Lindoia, no jardim Alemanha, Rua Camila Cauã. Evilin diz que não vai entrar no
156 mérito de questões políticas, o que quis dizer é que não entende muito bem a questão
157 orçamentária de quando ocorre cortes, pois as vezes o deputado está contando com
158 um valor X e não hora de indicar o recurso é reduzido, então se o CMS discutir isso
159 antes do recurso estar garantido, isso também não terá validade. Na diretoria de
160 planejamento há a coordenação de captação de recursos, a servidora Bruna é quem
161 faz este processo, ela já cansou de receber ligações de representantes de instituições
162 dizendo que determinado deputado vai destinar recurso para sua instituição, ai ela
163 responde que não recebeu isso ainda no sistema ou um documento, ou seja, uma
164 promessa não significa nada, isso sem contar ofícios que chegam destinando 100 mil
165 reais para algo e no sistema o valor cai para 20 mil, então essa dinâmica é bem
166 complicado, por isso o prazo é curto para o cadastro das propostas, quando a gestão
167 pediu a aprovação ad referendum ela encaminhou para o Laurito o documento, com
168 indicação do prazo e justificativa do porquê de não ter encaminhado para discussão
169 do CMS. A conselheira **Adriana Sanches** (Consoeste) diz que as outras regiões
170 ficarão com ciúmes da região leste. Adriana questiona se o projeto já existe ou é novo
171 na cidade e se a deputada Luiza Canziani justificou o porquê da escolha da região
172 leste. Evilin responde que será a primeira academia da saúde da cidade e que o
173 planejamento abre seu sistema e o recurso simplesmente aparece lá, eles então
174 fazem o cadastro, mas se houve alguma conversa ou gestão política entre a deputada
175 e alguém de Londrina, isso ainda não chegou até o planejamento. Adriana questiona
176 se há um projeto para ampliar isso para as outras regiões. Evilin responde que ainda



177 não, lembrando que se trata de um programa do Ministério da Saúde e que qualquer
178 município pode implantar, cabendo a este o recurso para construção e manutenção, o
179 que a deputada fez foi destinar o recurso para construção do ambiente, o restante é
180 por conta do município. Evilin dizendo que veio a indicação da região e a gestão
181 procurou terrenos disponíveis próximos a UBS. Adriana Sanches afirma que usuários
182 de outras regiões irão questionar porque seu bairro não tem uma academia de saúde
183 como a do Lindóia, então é preciso uma justificativa segura do motivo de todas as
184 regiões não terem sido contempladas, então o conselho poderia solicitar a deputada
185 uma extensão desse projeto piloto para outras academias na cidade. O conselheiro
186 **Marco Modesto** (Sindserv) diz que já trabalhou em UBS e sabe como é a questão da
187 carência de locais nos bairros para atuação do NASF, mas seria interessante
188 estender isso as demais regiões da cidade. Modesto lembra de outras prioridades,
189 como a emenda para o raio x do Leonor, inclusive o Gazolli fez a solicitação com um
190 deputado na inauguração da UBS, algo essencial para a região. Evilin responde que
191 infelizmente Londrina não foi contemplada com emendas para raio X. O conselheiro
192 **Luiz Alfredo** diz que é importante a emenda da deputada, mas gostaria de saber qual
193 é a contrapartida do município, lembrando que essa discussão de local tem de passar
194 pelo pleno para que o conselho possa deliberar sobre a região a ser construído
195 qualquer tipo de movimento de saúde. Evilin responde que o ministério tem um
196 projeto padrão, a gestão contrata a implantação desse projeto no terreno e depois a
197 contratação da execução, quem faz o orçamento disso é a secretaria de obras, então
198 no momento não é possível fazer a estimativa do valor, a princípio o valor do
199 ministério é compatível com o valor da execução, se houver necessidade de
200 contrapartida o município terá de aportar os valores, já a manutenção e mão de obra
201 fica por conta exclusivamente do município. O conselheiro Luiz Alfredo questiona se
202 não corre o risco de acontecer o mesmo que nas outras reformas que estão paradas.
203 O conselheiro **João Batista** coloca que é evidente a questão do orçamento secreto e
204 o caráter eleitoreiro dessa proposta, uma vez que será implantada num lugar
205 específico, isso simplesmente não atende a demanda do município, pois não foi feito
206 nenhum estudo ou planejamento, não se sabe que programa é esse e se o município
207 precisa dele, se não seria melhor em outra região, logo, a sugestão para a SMS é
208 quando acontecer qualquer tipo de sinalização para ações dessa natureza, que isso
209 seja trazido para avaliação do conselho. Quanto a questão do raio-X do Leonor, ele
210 poderia ser comprado com recursos livres e não depender de política de emenda
211 parlamentar. O conselheiro **Laurito Porto De Lira** diz que há dois anos foi feito uma
212 avaliação da RAG no mapeamento das estruturas, então o conselho tem de começar
213 esse mapeamento. Outra coisa discutida o passado, foi a ideia de se constituir um
214 grupo para fazer a interlocução com os parlamentares da região, para que o conselho
215 não seja atravessado por outros interlocutores, então o conselho precisa assumir este
216 papel, não é só vir nas reuniões e sentar na cadeira. Outra situação é que o conselho
217 discutiu dois PPA's, mas nestas discussões apenas 3 conselheiros se manifestaram,
218 então o conselho fala muito da importância do conselheiro, mas quando tem
219 oportunidade e tempo para discutir muitas vezes o conselho não cumpre seu papel,
220 então os conselheiros tem de recuperar o protagonismo e a efetividade dentro do



221 conselho. Evilin diz que em relação as obras paradas, quando tem algum tipo de
222 reajuste no valor da obra o município tem obrigação de fazer este aporte, as obras de
223 UBS's que foram paralisadas não tem a ver com a questão de recursos livres ,
224 infelizmente foram problemas com as empresas contratadas e que o município teve
225 de entrar no processo moroso de recurso administrativo, ai entra outra empresa que
226 ganha e que também não cumpre o cronograma, ai a gestão tem de ficar fazendo
227 reuniões para tentar resolver o problema, pois o interesse do município é a obra
228 entregue e não fazer rescisão contratual , mas em alguns casos não tem o que fazer.
229 O caso do SAMU é uma obra de grande e que teve solicitações da empresa de
230 reequilíbrio, o município fez análise e eles foram contemplados com reajuste, mas a
231 empresa não está concordando com o valor, ou seja, as obras estão paralisadas por
232 fatores diversos, inclusive os conselheiros podem ajudar a esclarecer a população,
233 por exemplo, uma pessoa ligou dizendo que a obra de Lerroville estava parada
234 porque a prefeitura não estava pagando e não estava mandando material para a
235 pessoa que estava trabalhando na obra, ou seja, a população não tem o
236 conhecimento que a empresa contrata tem todas estas obrigações de pessoal e
237 material. Não havendo mais apontamentos, o conselho aprova a construção da
238 academia da saúde. O conselheiro João Batista se absteve do voto. Seguindo os
239 trabalhos é passado ao ponto de pauta "Apresentação e Aprovação da Aplicação do
240 ProVigia-Pr". Fernanda Fabrin (SMS/DVS) inicia a seguinte apresentação: **PLANO DE**
241 **APLICAÇÃO DOS INCENTIVOS FINANCEIROS – CAPITAL**-Descritivo das
242 despesas de capital-**DESCRIÇÃO**-Equipamentos de informática e outros
243 equipamentos para execuções das ações de atenção e vigilância em saúde,
244 observadas as normativas vigentes e estabelecidas pelo Tribunal de Contas do
245 Estado (equipamentos para uso exclusivo da vigilância em saúde como:
246 computadores, aparelhos telefônicos, câmeras fotográficas, GPS, termômetros,
247 retroprojeto, televisão, vídeo, máquina para fotocópia, projetor de multimídia, entre
248 outros) -**Quantitativo** -02 computadores intermediário, **Valor Estimado** R\$ 22.500,00
249 01 computadores avançado, **Valor Estimado** R\$ 8.700,00 00, Freezer horizontal 420 l
250 -Quantitativo 04-Valor estimado R\$ 10.400,00. Freezer horizontal 200 l Quantitativo
251 02- Valor estimado R\$ 3.020,00. Arquivo 4 gavetas aço pastas suspensas-
252 Quantitativo 05-valor estimado R\$ 2.795,00. Cadeira giratória com apoio para braço
253 com regulagem de altura e encosto-quantitativo 90- valor estimado- R\$ 40.341,00.
254 Cadeira giratória presidente com base em metal Quantitativo 4-valor estimado R\$
255 1.836,49. Smartphone 128GB 4G 6GB RAM Quantitativo 02- valor estimado R\$
256 2.906,00. Webcam Full HD com Microfone para Gravações em Vídeo 1080p e Tripé
257 Incluso Quantitativo 2 valor estimado R\$ 964,00. Aparelho GPS com Memória interna:
258 mínimo de 4 GB, podendo ser expandida com um cartão microSD; Tamanho do visor:
259 mínimo de 2,2 ; Resolução do visor: mínima de 240x320 pixels; Tipo de visor: TFT
260 colorido de 65k cores; Classificação de impermeabilidade: IP X7; Possuir Altímetro
261 Barométrico; Possuir Bússola Eletrônica; Memória interna: mínimo de 3,7 GB;
262 Paradas/ Favoritos/ Localizações: mínimo de 2000 pontos; Rotas: mínimo de 200;
263 Possuir roteamento automático; Realizar cálculo de área; Interface USB; quantitativo
264 1 valor estimado R\$ 1.230,00. Head set com base telefônica-quantitativo 30 valor



265 estimado R\$ 4.050,00. Aparelho telefônico com fio-quantitativo 30 valor estimado R\$
266 1.610,00. Total R\$ 100.352,49. O conselheiro João Batista se há algum projeto de
267 controle de aplicação de inseticida no município. Fernanda Fabrin responde que SMS
268 faz este monitoramento e controle. **João Batista** questiona que o valor individual do
269 computador intermediário está maior que o do computador avançado. **Fernanda**
270 **Fabrin** diz que no equiplano há a descrição dos equipamentos, mas vai verificar o
271 porquê dessa diferença. O conselheiro Laurito Porto sugere que ao invés de comprar
272 intermediários, seja comprado 3 equipamentos avançados. O conselheiro Marco
273 Modesto diz sobre a importância de veículos adequados para a endemias. Fernanda
274 Fabrin que há outra licitação para aquisição de veículos em tramitação. O conselheiro
275 **Fernando Marcucci** questiona sobre o equipamento de GPS e se foi discutido com
276 os servidores na base das necessidades. Fernanda Fabrin diz que o equipamento de
277 GPS será utilizado principalmente em regiões rurais, onde muitas vezes não há sinal
278 de celular, quanto as necessidades da DVS, as gerencias discutiram a necessidade
279 de cada vigilância e se chegou num denominador comum. Não havendo mais
280 questionamentos, o conselho aprova o plano com a alteração proposta para compra
281 de 3 computadores avançados, caso o preço seja mesmo o que consta na
282 apresentação. Fernanda diz que vai verificar junto a informática se os equipamentos
283 irão suprir a necessidade e posteriormente informará ao conselho. Na sequência o
284 conselho passa a discutir o ponto de pauta "Demandas de Conselheiros/Comissões".
285 O presidente **Laurito Porto Filho** questiona sobre a situação do espaço escuta e do
286 atendimento das crianças. Andressa (SMS/DRAS) responde que o próprio espaço
287 escuta apresentou a denúncia de contrato por não desejar mais manter a
288 contratualização com o município, eles então já forneceram a lista das crianças e elas
289 serão remanejadas para outras instituições e outras receberão alta com o termino
290 deste contrato. Em relação ao profissional, a SMS usa para pagamento o que a
291 instituição informa e de acordo com o CNES, enquanto ele não foi atualizado a
292 instituição recebeu pelo profissional, a partir do momento que ele foi atualizado o
293 profissional deixou de fazer parte da instituição e ela deixou de receber por ele,
294 lembrando que o mês de pagamento e sempre o posterior, ou seja, em maio de paga
295 a competência de abril, talvez a instituição não tenha entendido isso. O conselheiro
296 **Edvaldo Viana** questiona se os pacientes que tinham mais de um atendimento no
297 espaço escutam terão os mesmos atendimentos num novo local ou terão de ir em
298 mais de um local para serem atendidos. Andressa responde que o paciente será
299 atendido apenas na nova instituição. O conselheiro **João Batista** solicita a lista de
300 instituições que atendem. Andressa esclarece que são instituições conhecidas e
301 que atendem as mesmas coisas atendidas pelo Espaço Escuta, então claro que a
302 SMS fica triste de perder uma instituição, mas foi ela que não quis continuar e hoje é
303 possível colocar as crianças de forma adequada nas demais instituições. O
304 conselheiro **Fernando Marcucci** questiona quantas crianças saíram do
305 Espaço Escuta e entraram na fila, como está o tempo de espera quando se
306 encaminha uma criança e ficou sabendo que a instituição Flavia Cristina estava com
307 dificuldades para as vagas de fisioterapia. Andressa responde que foi contratualizado
308 um novo prestador para DITGD, são aproximadamente 70/80 crianças, pois pode ser



309 que no final algumas recebam alta, este novo prestador oferece em torno de 100
310 vagas/mês. Outro ponto é que será perguntado para as mães se elas querem ir para
311 o novo prestador ou se tem preferência por algum outro prestador da cidade, se não
312 houve preferência elas terão a porta aberta deste novo prestador, caso contrário
313 entrarão nas outras instituições. A alta da DITGD é sempre um desafio, são crianças
314 que tem alta dentro do seu tempo, esse tempo varia de criança para criança, então
315 novas vagas no mês depende da alta e isso difere mês a mês, por isso a SMS
316 trabalhou um protocolo junto com as instituições de plano terapêutico singular,
317 entendendo assim realmente a evolução da criança no tratamento, com a devida
318 justificativa do prestador do porquê daquela criança não ter tido um ganho
319 terapêutico, sendo que foi possível instituir aquele momento onde o paciente atingiu o
320 máximo e deverá apenas manter o que ele ganhou, que é onde ele recebe alta de um
321 ou mais profissionais e ele vai para UBS apenas manter o que ele ganhou. Quanto a
322 fila, hoje são aproximadamente 7 meses para que a criança entre na instituição,
323 sendo que esse tempo já foi muito pior, antes do protocolo e do alinhamento junto as
324 instituições o tempo de espera era de 3 anos, então houve evolução, mesmo que
325 ainda não seja o tempo ideal. Quanto a instituição Flávia Cristina, ela também fez
326 uma denúncia contratual e também vai deixar de prestar serviço na parte da
327 fisioterapia, mas dois prestadores já se prontificaram a tentar fazer um contrato com a
328 SMS, caso contrário o Flávia Cristina deverá finalizar o atendimento dos pacientes e
329 os que necessitarem de fisioterapia a longo prazo terão o mesmo encaminhamento do
330 DITGD. O senhor **Eliel Joaquim** pede esclarecimentos sobre a obra da UBS
331 Fraternidade. O conselheiro Marco Modesto questiona sobre amparo legal de mães
332 que acompanham atendimento de filhos autistas, muitas servidoras tem lhe
333 perguntado sobre esse assunto. **Andressa** responde que desconhece esta questão
334 legal trabalhista. O conselheiro **Laurito Porto De Liro Filho** questiona quando o
335 prestador se credenciou e se ele tem todos os profissionais para fazer o atendimento
336 destas crianças e quando elas vão entrar no novo serviço. Andressa responde que a
337 empresa Sinergia entrou no início de abril e já está em atendimento, os novos
338 pacientes já estão sendo encaminhados para lá e a SMS ainda aguarda o documento
339 oficial do Espaço Escuta sobre o encerramento de suas atividades, então por
340 enquanto estes pacientes antigos ainda estão em atendimento no Espaço Escuta. O
341 conselheiro **Edvaldo Viana** diz que o prestador tem 100 a 120 vagas, se, por
342 exemplo, a SMS mandar 50 pacientes para lá, o contrato é pago pela quantidade de
343 vagas disponibilizadas, sejam elas usadas ou não, ou pela quantidade atendida.
344 Andressa responde que a SMS paga pela produção. Neste primeiro momento foi o
345 próprio Sinergia que pediu que a SMS encaminhasse as crianças aos poucos, e a
346 SMS seguiu também para esperar oficialização do Espaço Escuta, provavelmente
347 em maio as vagas do Sinergia serão preenchidas. O conselheiro Edvaldo Viana diz
348 que seu questionamento sobre as vagas é que corre o risco de acontecer o mesmo
349 que no Espaço Escuta e novo prestador falar que está disponibilizando 100 vagas,
350 mas SMS mandando apenas 50%, e aí não tem como eles tocarem o serviço.
351 Andressa diz que enquanto houver fila todas as vagas serão ocupadas, isso só
352 acontecerá se não houver mais crianças, mas o volume de crianças que entra na



353 regulação é muito grande, logo, e pouco provável que isso aconteça, a demanda é
354 grande. O conselheiro **Edvaldo Viana** questiona o que vai ocorrer caso o Espaço
355 Escuta volte atras e queira manter o serviço. Andressa responde que neste caso a
356 SMS vai continuar com a nova empresa e o Espaço Escuta. O conselheiro **João**
357 **Batista** questiona de onde está vindo esta demanda, se é das escolas. Andressa
358 responde que a demanda vem de escolas e da atenção básica, todo dia nascem
359 crianças, as doenças relacionadas a DITGD tem crescido. O conselheiro João Batista
360 diz que pesquisadores tem observado ao longo do tempo dois movimentos, um é a
361 patologização do cotidiano, então é preciso refletir sobre isso, uma medida
362 interessante no momento seria instituir na cidade o dia da antidoença e contra
363 medicalização. O CMS indica o nome dos conselheiros Edvaldo Viana (titular) e
364 Ângelo Barreiros (suplente) para compor a comissão de acompanhamento do contrato
365 com a instituição Sinergia. O presidente **Laurito Porto Filho** da sequência a reunião
366 e diz que outra demanda é a situação da entidade Bom Samaritano e das 10 pessoas
367 que estão no limbo com a situação da residência terapêutica. Laurito diz que foi
368 convidado pelo MP para participar de uma reunião, há uma ação aberta pelo MP,
369 algumas pessoas já foram encaminhadas para outros serviços e restam 10 pessoas
370 que estão em situação precária e precisam de atendimento, enquanto isso não se
371 sabe quem que fica com o que e há esta situação do recurso, eles estão isolados em
372 um pequeno quarto, alguns não conseguem sair para fazer suas necessidades por
373 medo de outras pessoas os agredirem, então é preciso fazer alguma coisa para
374 resolver essa questão, pois existe uma ação do MP para que isso seja resolvido e o
375 município tem obrigação de encontrar uma solução. **Cláudia Denise** (SMS/DSCS)
376 explica que estes 10 usuários são portadores de transtorno mental, eles não têm mais
377 vínculo familiar e estão no Bom Samaritano há mais de 10 anos. O serviço do CAPS
378 III sempre foi referência, então eles sempre tiveram consulta, atendimento,
379 medicação, isso nunca faltou pela saúde, tanto na questão psiquiátrica quanto na
380 questão clínica, no entanto, o MS tem a política de residência terapêutica, que é uma
381 casa onde pessoas sem vínculo moram e tem como referencia as equipes de CAPS,
382 Londrina tem a de porte 1, que são pessoas que tem autonomia, eles vão morar
383 sozinhos e ter uma pessoa de referência, mas não um cuidador direto, e a de porte 2
384 são as que precisam de acompanhamento, porém, para o MS esta política só se
385 aplica as pessoas que estão há dois anos ininterruptos dentro de hospital psiquiátrico
386 ou que tenham histórico de ter passado por essa situação, o que eles chamam de
387 política de desinstitucionalização, então quando chegou essa questão do Bom
388 Samaritano a SMS fez uma consulta ao MS, pois hoje o município tem uma residência
389 tipo 1 com 4 moradores na região norte, e o município já estava pleiteando uma
390 residência, tanto que foi feita uma consulta e foi encaminhado estas informações, a
391 resposta da área técnica foi que eles entendem a situação, mas é uma questão social
392 que não cabe a saúde e sim a assistência resolver, portanto, não teria nenhum
393 recurso financeiro do MS caso a SMS assumisse estes usuários, então a opção é a
394 SMS estrutura uma casa dentro dos moldes da residência terapêutica e todo
395 pagamento terá de ser custeado pelo município, se o MS habilitasse seria dar 10 mil
396 para comprar equipamentos e passar um recurso mensal por paciente, sendo que



397 são pacientes que terão de ter um cuidador, a SMS tem um prestador que se
398 prontificou a assumir a residência tipo 2, mas é o município que vai bancar e no
399 momento a SMS busca uma casa adequada e com acesso adequado para esta
400 população, dentro de um valor de aluguel acessível e ainda próximo ao serviço.
401 Dentre esses 10 pacientes, um está dentro da política de álcool e drogas e não
402 deveria estar dentro da política de residência, então vai ser feita uma nova avaliação,
403 sendo que 2 deles faltam 4 meses para completar 60 anos, inclusive foi feita uma
404 conversa com o Bom Samaritano que seria muito ruim eles mudarem para uma casa
405 e pouco depois mudar novamente para uma casa de longa permanência, o certo
406 seria uma única mudança, pois pelo histórico de mudança todo movimento tem de ser
407 bem cuidado para evitar uma recaída. Outro ponto é que a questão de 2 anos
408 ininterruptos não é a realidade de 90% dos pacientes, então uma proposta que será
409 levada para a Conferencia Nacional De Saúde Mental é a revisão deste tempo e que
410 isso não seja um critério único e sim a falta de suporte familiar, lembrando que esta
411 política é para as pessoas que estão no complexo penal. O presidente Laurito Porto
412 diz que no MP foi colocado que a assistência social ficava numa situação quase que
413 em um limbo, pois existe buraco neste tipo de atendimento, e é uma preocupação
414 grande porque parece que esta ação do MP já vem de algum tempo, não se trata de
415 algo recente. Laurito questiona se há um prazo para a SMS disponibilizar esta
416 residência. Claudia Denise responde que a gestão não está trabalhando com um
417 prazo, está meio difícil conseguir um imóvel, a ideia era resolver em 30 dias, mas
418 depende de achar uma casa e ver o que será preciso comprar de móveis para
419 adequá-la. Já tinha sido feita uma conversa um bom tempo atrás, no bom
420 samaritano, porque ele mudou um pouquinho a forma de cuidado, já foi uma casa de
421 passagem, depois ele começou a acolher idosos, há esse vínculo com a assistência,
422 mas foi conversado com a equipe de fazer uma transição de uma forma mais
423 organizada e a própria equipe do bom samaritano também questionou sobre esses da
424 faixa etária, havia um caso de irmãos que não queriam se separar, então estava um
425 pouco nessa questão terapêutica, de resolutividade, porque também tinha um pouco
426 da instituição o desejo de não tira-los, pois eles têm um vínculo muito grande ali, aí
427 acabou que teve uma decisão maior do Ministério público e agora está todo mundo
428 meio que numa pressão, mas a gente gostaria de resolver em 30 dias, mas a gente
429 ainda vai batalhar para esses 2 da faixa etária tentar permanecer, porque o bom
430 samaritano tem essa parte de idosos, infelizmente realmente há esse problema de
431 limbo de políticas, a da saúde é bem clara quanto a institucionalização, já a da
432 assistência não abraça por eles terem transtorno, aí eles fica quase nesse jogo de
433 empurra, nesse momento seria da assistência, mas enfim, a SMS vai acatar por eles
434 terem transtorno. O conselheiro **João Batista** diz que ficou muito sensibilizado pelo
435 cuidado, é uma situação bastante complexa mesmo pelo fato das mudanças que
436 vieram acontecendo nos últimos tempos com relação à política de saúde mental.
437 Claudia Denise responde que foi um processo de transição, com calma até a
438 aquisição das coisas da casa, para que eles se sentissem realmente donos daquilo
439 que vão morar, e espera que na próxima reunião já consiga ter as notícias da casa.
440 Seguindo com os trabalhos o presidente Laurito faz questionamento sobre informação



441 de paralisação de cirurgias e falta de materiais nos hospitais administrados pela
442 FUNEAS. Outro questionamento é sobre reclamações constantes no atendimento do
443 PAI. Laurito questiona ainda sobre os carros doados da SMS. O conselheiro **Reilly**
444 **Lopes** (HZN) diz em março foram suspensas apenas cirurgias eletivas. Lei de oferta e
445 mercado, todos os serviços de saúde aumentaram o valor da hora de plantão e a o
446 hospital não consegue fazer isso da noite para o dia, então os médicos debandaram,
447 em especial anestesistas, a hora médica do hospital é de 120 reais, enquanto o HU,
448 por exemplo, paga 147 reais, e mesmo assim lá tem buracos, se lá tem buraco como
449 o HZN vai conseguir fazer isso, logo, está sendo discutido um novo edital de
450 credenciamento que deverá sair agora no mês de maio, saindo no mês de maio para
451 o mês de junho já estará regularizado, as cirurgias de urgência seguem acontecendo.
452 Em relação a pediatria, desde 2018 o HZN não atende mais criança, a ideia tanto do
453 HZN quanto do HZS foi de unificar o atendimento da pediatria no HZS, algo que já
454 vem desde 2018. Cleiton (DUES) diz que no tocante ao atendimento do PAI, a grande
455 demanda que se tem vivenciado no pronto atendimento infantil decorre de uma série
456 de situações, o grande problema é a falta de profissionais pediatras em todos os
457 serviços, não só lá no pronto atendimento, porque lá no pronto atendimento a SMS
458 tem conseguido manter escala ininterrupta de 24 horas com no mínimo 3
459 profissionais. Hoje a SMS tem profissionais pediatras contratados de 4 maneiras,
460 servidores públicos, profissionais contratados por um teste seletivo simplificado,
461 profissionais contratados pelo nosso contrato de horas médicas via Cismepar, ontem
462 o secretário deu uma ordem verbal de um contrato emergencial para a contratação de
463 horas médicas pediátricas que estava correndo, teve uma empresa ganhadora que se
464 apresentou hoje e a Renata que é gerente de urgência já sentou com a empresa para
465 discutir a escala, então são 1920 horas mês que essa empresa ganhou e que tem
466 uma vigência de 180 dias, neste período está tramitando o processo regular. Então
467 secretaria tem se articulado na reposição de profissionais, mas mesmo assim é uma
468 carência desse profissional no mercado. Outra informação é que a Eliane do RH disse
469 que já foi autorizado concurso público que entre outros cargos prevê vaga para
470 Pediatra. O conselheiro **Laurito Porto De Lira Filho** questiona quantas vagas serão
471 para pediatra no concurso público, pois este tipo de contratação é melhor que
472 contrato emergência. Cleiton explica que são dois tipos de pediatra, um da atenção
473 básica e outro da urgência e emergência, o contrato emergência é para contratação
474 imediata, o concurso público estava proibido legalmente até dezembro. **Eliane**
475 **Sandra** (SMS/RH) diz que foi autorizado concurso no dia 31/03 pelo prefeito, agora
476 tem todo o trâmite legal e isso leva de 6 a 8 meses até que pessoal comece a
477 trabalhar, enquanto isso estão licitados contratos emergenciais para suprir a demanda
478 neste período, quanto ao número de vagas pode trazer isso numa próxima reunião. O
479 presidente **Laurito Porto Filho** solicita que a informação do concurso seja
480 apresentada na próxima reunião. O conselheiro Edvaldo Viana diz que no tocante a
481 Funeas, não é segredo que o CES votou contra ela vir para Londrina, pois o receio
482 era que os 2 hospitais de porta aberta passassem a ser regulados e acabar os
483 atendimentos costumeiros, mas o secretário Beto Preto e o governador passaram por
484 cima do CES e trouxeram a FUNEAS para Londrina. Edvaldo Viana questiona



485 quantos atendimentos o HZN e HZS deixaram de fazer neste período por falta de
486 anestesista. **Geraldo Júnior** (HZS) diz que nos 3 primeiros meses do ano o HZS fez
487 5700 atendimentos de PS, a pediatria está funcionando 24 horas e com uma taxa de
488 ocupação de 70%, ou seja, em nenhum momento o HZS negou encaminhamento de
489 crianças. Em relação as cirurgias eletivas, a meta com a FUNEAS é de fazer 350
490 cirurgias, neste mês de maio foram feitas 200 cirurgias eletivas, e isso não diminui
491 com a meta que tinham com o município, pois no contrato a meta era de 200 cirurgias
492 no HZS, mas a proposta é de atualização do edital de credenciamento que precisava
493 sim de correções, para os próximo meses é de fazer 350 cirurgias, pois o edital vai
494 ajudar a resolver este problema com anestesistas, mas pode pegar uma
495 apresentação mais completa dos números e disponibilizar ao conselho. Outro ponto é
496 que na clínica médica foram aumentados os leitos para 75, incluídos 10 leitos de
497 psiquiatria, de janeiro a março a taxa de ocupação foi de 115%. Sobre atender porta
498 aberta, o HZS já faz contrarreferência dos casos da atenção primária e isso não é
499 agora com a Funeas, pois é algo que já vem sendo feito há 4 anos, justamente para
500 vá ao hospital o paciente que precisa de assistência hospitalar, ou seja, o hospital não
501 diminui o atendimento, mas vai disponibilizar todos os dados para o conselho. O
502 conselheiro **Reilly Lopes** explica que o plano operativo dos HZS e HZN é o mesmo,
503 são 350 cirurgias cada hospital, a diferença é que no HZS ocorre apenas cirurgias
504 eletivas e o HZN tem de deixar uma sala a disposição caso o SAMU encaminhe
505 alguma urgência, mas como novo credenciamento está pedindo ampliação do número
506 de profissionais disponíveis para alcançar a meta, inclusive também tem uma
507 apresentação para o CMS, salvo engano a média de cirurgias é de 180/mês , antes
508 da pandemia o hospital chegou a fazer 330/mês, essa redução não se deu por conta
509 da FUNEAS e sim porque o HZN passou um ano sendo referência para COVID. O
510 conselheiro **Marco Modesto** diz que esteve esta semana do PAI e o setor de
511 emergência estava lotado , não havia uma cama vazia e ainda tinha crianças
512 sentadas nas poltronas tomando medicação venosa, então a cobrança dos servidores
513 é que não adianta colocar um monte de pediatra se não tem local para colocar as
514 crianças , então é preciso descentralizar e colocar pediatras em todas as regiões, algo
515 que já foi discutido é que hoje o médico só quer ganhar dinheiro, ele prefere montar o
516 consultório dele do que ir ser agredido no serviço público, é a lei de oferta e procura,
517 antigamente o profissional médico prestava serviço público, hoje o profissional médico
518 está mandando no atendimento, tem de ter uma política estadual que obrigue o
519 profissional formado em universidade pública a prestar serviço e atender no serviço
520 público, talvez seja preciso fazer esta discussão. **Evilin** diz que no tocante ao
521 questionamento do Eliel sobre a obra da UBS Fraternidade, o ano passado foi feito
522 uma nova licitação para retomada da obra, mas infelizmente nenhuma proposta foi
523 apresentada e o processo deu deserto, foi feito a republicação do mesmo e
524 novamente resultou deserto, então a gestão, pensando em dar mais agilidade, definiu
525 que seria usada a planilha que a PML utiliza para licitação da obra, então se abdicou
526 de usar o recurso estadual para poder agilizar a tramitação deste processo, pois
527 sempre que um recurso estadual é utilizado é preciso passar por todas as etapas de
528 aprovação e isso leva tempo, então o município decidiu usar apenas recurso



529 municipal para agilizar todo o processo, a SMO fez toda a atualização da planilha de
530 valores de acordo com realidade do mercado, foi solicitado em caráter de urgência
531 para análise da procuradoria , assim que a PGM aprovar será publicado novo edital
532 com a planilha atualizada, então espera que em breve a SMS possa dar a ordem para
533 finalização da obra. O presidente **Laurito Lira** solicita que todos os valores, dados e
534 situação da obra da UBS Fraternidade sejam apresentados na próxima reunião do
535 CMS. Não havendo mais assuntos, a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo
536 servidor Anderson Luiz Oliveira Silva e revisada pela secretária Sandra Bavia.
537

Suplente	Carlos Felipe Marcondes Machado	Ausente c/justificativa
Titular	Rosilene Machado	presente
Suplente	Maria Lúcia da Silva Lopes	Ausente c/ justificativa
Titular	Joelma Aparecida de Carvalho	Ausente c/ justificativa
Titular	Marco Antônio Modesto	presente
Suplente	Mário Sérgio Gazolli	Ausente
Titular	Lincoln Ramos e Silva	Ausente c/ justificativa
Suplente	Luís Alfredo Gonçalves	Ausente c/ justificativa
Titular	Ligia Mara da Silva do Amaral	Ausente
Suplente	Sandra Maria da Silva Matos	Ausente
Titular	Joice Mara Cruciol e Souza	Ausente
Suplente	Ester Massae Okamoto Dalla Costa	Ausente c/ justificativa
Titular	João Batista Martins	presente
Suplente	Nadya Christina Silveira Pellizari	Ausente c/justificativa
Titular	Fernando César Marcucci	presente
Suplente	Flávia Gonçalves	Ausente c/justificativa
Titular	Alexsandra A Jesus Moreira	Ausente c/ justificativa
Suplente	Ana Paula Gracindo	Ausente
Titular	Edmilson Garcia	Ausente c/ justificativa
Suplente	Manoela Germinari Pessoa	presente
Titular	Lincoln Vieira Magalhães	presente



Suplente	Luiz Soares Koury	presente
Titular	Fahd Haddad	Ausente c/justificativa
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	presente
Titular	Rita Domansky	Ausente c/ justificativa
Suplente	Vivian Biazon El Reda Feijó	Ausente c/justificativa
Titular	Reilly Aranda Lopes	presente
Suplente	Geraldo Júnior Guilherme	presente
Titular	Edvaldo Vianna	presente
Suplente	Amélia do Nascimento Magrinelli	Ausente
Titular	Maria Apª Silva Montes	Ausente
Suplente	Livaldo Bento	Ausente c/justificativa
Titular	Vaine Teresinha P Marques	Ausente c/ justificativa
Suplente	Teresa Moreschi	Ausente c/ justificativa
Titular	Adriana Fernandes M. Sanches	presente
Suplente	Maria Inês Bento Gimenes	Ausente
Titular	Sem indicação	presente
Suplente	Ailton de Souza	Ausente
Titular	Wagner Aguiar de Almeida	presente
Suplente	sem indicação	presente
Titular	Faustino Aparecido de Abreu	presente
Suplente	Alcides Antônio Oliveira	Ausente
Titular	Neide Aparecida Gonçalves	presente
Suplente	João Maria Cabral	Ausente
Titular	Eunice Tiekko Myamoto	presente
Suplente	Edvaldo Zanutto	Ausente
Titular	Laurito Porto de Lira Filho	presente



Suplente	Regina Ferreira de Souza	Ausente c/ justificativa
Titular	Jurandir Pinto Rosa	presente
Suplente	Jair Rodrigues Pereira	presente
Titular	Ângelo Barreiros	Ausente c/ justificativa
Suplente	Monica Ap ^a Cardoso	Ausente
Titular	Juvira Barbosa Cordeiro	Ausente c/ justificativa
Suplente	Maria José Barbosa	Ausente
Titular	Sem indicação	presente
Suplente	Alexandre Montezin	Ausente c/ justificativa

538